

A elaboração e análise do índice de desenvolvimento das famílias na cidade de Ponte Nova-MG

Bruno Silva OLHER¹Maria de Lourdes Mattos BARRETO²Gustavo Bastos BRAGA³Maria das Dores Saraiva de LORETTO⁴Maria Luz d'Alma Reis OLHER⁵

Resumo: Este estudo analisou a situação das famílias da cidade de Ponte Nova sob a perspectiva multidimensional nos de 1980, 1991, 2000 e 2012, a partir da metodologia adaptada de Barros, Carvalho e Franco (2003), tendo por base os microdados dos censos demográficos. Por meio do grande número de informações contidas na base de dados, tornou-se possível efetuar uma análise ampla que permite avaliar as condições de vida do domicílio. Em síntese, o índice de desenvolvimento das famílias de Ponte Nova em suas seis dimensões, com ressalva para o acesso ao trabalho, revelou progresso no nível de bem-estar das famílias. A geração deste importante índice pode, de certa forma, auxiliar na elaboração de políticas públicas que visam diminuir as desigualdades no município.

Palavras chaves: Índice de Desenvolvimento da Família; Pobreza; Famílias.

Analysis of the family development index in the city of Ponte Nova-MG, Brazil

Abstract: This study analyzed the situation of the families of the city of Ponte Nova under the multidimensional perspective in the years 1980, 1991, 2000 and 2012, based on the methodology adapted from Barros, Carvalho and Franco (2003), based on the demographic census microdata. Through the large number of information contained in the database, it became possible to carry out a comprehensive analysis that allows evaluating the living conditions of the household. In summary, the development index of the Ponte Nova families in their six dimensions, with the exception of access to work, showed progress in the level of well-being of families. The generation of this important index can, in a way, help in the elaboration of public policies that aim to reduce the inequalities in the municipality.

Keywords: Family Development Index; Poverty; Families.

¹ Doutor em Economia Doméstica (UFV). Mestre em Administração (UFV). MBA em Gestão estratégica em operações, logística e finanças (UFSJ). Especialização em Educação Empreendedora (UFSJ). Bacharel em Administração. Professor Efetivo do Departamento de Ciências Gerenciais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, campus Rio Pomba. E-mail: bruno.olher@ifsudestemg.edu.br

² Graduação em Economia Doméstica (UFV). Mestrado em Educação (UNICAMP). Doutorado em Educação (UNICAMP). Professora Associada IV (DR) da UFV. E-mail: mmattos@ufv.br

³ Graduação em Administração (UPAC). Pós-graduado em Administração Estratégica (FCBS). MBA em Logística (FCBS). Mestre em Administração (UFV). Doutor em Extensão Rural (UFV), com período sanduíche na Universidade do Minho (Portugal). Atualmente é professor adjunto da UFV. E-mail: gustavo.braga@ufv.br

⁴ Graduação em Economia Doméstica e em Ciências Econômicas. Mestrado e Doutorado em Economia Rural (UFV). Pós-doutorado em Família e Meio Ambiente (University of Guelph-Canadá). Professora Titular do Dept. de Economia Doméstica (DED). E-mail: dorinhasaraiva@hotmail.com

⁵ Técnica em Enfermagem (UFMG). Graduada em Ciências Biológicas (UNIPAC). Especialista (MBA) em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (FACINTER). Mestra em Ciência e Tecnologia de Alimentos (IFSUDESTEMG). Funcionária pública federal atuando como Técnica em Enfermagem no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - Campus Rio Pomba. e-mail: maria.olher@ifsudestemg.edu.br

INTRODUÇÃO

A desigualdade social é um problema que atinge a maioria dos municípios, principalmente as cidades de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, marcados por problemas econômicos, deficiência no provimento de saúde, educação, precariedade habitacional entre outras mazelas sociais. No Brasil, a desigualdade de renda acompanhada da pobreza, fazem parte da história do país, que é agravada por inúmeras crises econômicas, políticas, falhas nas ações do governo e o desenvolvimento econômico centralizado nas classes mais afortunadas. Tais problemas se agravam ainda mais em nível municipal, uma vez que a dependência da população por ações pontuais do poder público é bem maior se for comparada com as esferas Estaduais e Federais.

Para mensurar o estudo da pobreza, a literatura econômica disponibiliza duas abordagens, a unidimensional, fundamentada na escassez da renda, e a multidimensional, que alia aspectos não relacionados diretamente à renda, dentre eles incorpora informações de domicílio, meio ambiente e sociais. O crescimento dos debates e críticas a abordagem unidimensional da pobreza aconteceu principalmente depois dos estudos publicados pelo economista indiano Amartya Sen (2011).

Este artigo baseado no Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), idealizado por Barros et. al. (2003), tem por finalidade apresentar o perfil socioeconômico da cidade de Ponte Nova MG, trazendo informações do censo demográfico dos anos de 1980, 1991, 2000, 2010. A partir do IDF foi possível analisar o bem-estar das famílias do município, revelando os setores mais carentes e que demandam as maiores necessidades de políticas públicas específicas.

Método de criação de índices

Existe um conjunto de dados e indicadores sociais que trabalham e auxiliam a expor os mais importantes e variados fenômenos. Desta forma, buscando proporcionar informações para essa progressiva demanda, foi elaborado o IDF, desenvolvido pelos pesquisadores Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho e Samuel Franco do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, objetivando a criação de um indicador sintético S derivado de uma série de indicadores fundamentais, em razão de ser essa a forma mais simples de preparação de indicadores sintéticos de pobreza para aferir o grau de desenvolvimento de uma família (BARROS, CARVALHO e FRANCO 2003).

De acordo com Oliveira (2014), o indicador sintético global multidimensional de pobreza, S , pode ser demonstrado pela seguinte equação:

$$S = \frac{1}{6} \sum_{k=1}^6 \left(\frac{1}{m_k} \sum_{j=1}^{m_k} \left(\frac{1}{n_{jk}} \sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{jki} \right) \right)$$

Onde que B_{jki} representa ao i -ésimo indicador básico do j -ésimo componente da k -ésima dimensão, m_k o número de componentes da k -ésima dimensão, m_{jk} a quantidade de indicadores do j -ésimo componente da k -ésima dimensão. Ou seja, o indicador sintético de cada componente, S_{jk} , equivale à média aritmética dos indicadores empregados para a representação deste componente. Assim, o indicador sintético de cada dimensão, S_k , é a média aritmética dos indicadores sintéticos dos seus elementos. E, por fim o indicador sintético global, S , é a média aritmética dos indicadores sintéticos das seis dimensões que o compõem.

A análise é padronizada para viabilizar que o grau de pobreza de cada residência variasse entre 0 (para os domicílios absolutamente pobres) e 1 (para os domicílios sem nenhuma de pobreza). Para alcançar ao valor dentro da escala, é preciso calcular a proporcionalidade do valor, ponderando a variação entre o valor mínimo e máximo de cada variável. Esse cálculo, nada mais é que o subíndice:

$$subíndice_i = \frac{valor\ observado - valor\ mínimo}{valor\ máximo - valor\ mínimo}$$

Portanto, o subíndice evidencia precisamente a relação do valor observado na unidade analisada, com o valor mínimo e máximo da variável, de maneira que se posicione dentro do intervalo entre 0 e 1. O IDF é constituído por seis dimensões: vulnerabilidade da família; acesso ao conhecimento; disponibilidade de recursos; desenvolvimento infantil; condições habitacionais e acesso ao trabalho. “Cada uma dessas seis dimensões representa em parte, o acesso aos meios necessários para as famílias satisfazerem suas necessidades e, em outra parte, a consecução de fins, isto é, a satisfação efetiva de tais necessidades” (BARROS, CARVALHO e FRANCO, 2003, p.08). Uma vez calculados todos os subíndices, o índice final deriva da média aritmética dos subíndices. A seguir é apresentada a fórmula para a criação do índice:

$$índice\ final = \frac{1}{n} subíndice_1 + \frac{1}{n} subíndice_2 + \frac{1}{n} subíndice_3 + \dots + \frac{1}{n} subíndice_n$$

Esse procedimento foi empregado para a criação do IDF proposto nesta pesquisa, na sequência serão expostos a maneira como foi calculado cada um dos subíndices.

Base de dados

Os dados utilizados no presente estudo foram extraídos do Integrated Public Use Microdata Series International (IPUMS-International), órgão ligado à Universidade de Minnesota nos Estados Unidos da América, ao qual dedica-se à coleta e distribuição de dados de censo demográfico de todo o mundo. Optou-se por utilizar este banco de dados, por ser alimentados pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contudo é realizado o tratamento e padronização das informações, possibilitando a comparação entre os censos demográficos. Realizou-se um recorte espacial utilizando o município de Ponte Nova Minas Gerais, com informações dos censos demográficos dos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Vulnerabilidade da Família

A finalidade da dimensão ausência de vulnerabilidade é aferir a vulnerabilidade familiar no que tange ao montante adicional demandada pelas famílias para atender suas necessidades básicas. A tabela 01, apresenta de forma detalhada os subíndices, da dimensão vulnerabilidade da família.

Tabela 01 – Dimensão Vulnerabilidade da família

Variável	1980	1991	2000	2010
Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano;	0,9023	0,9248	0,9487	0,9140
Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos;	0,8750	0,8930	0,9205	0,8657
Ausência de criança (0-11)	0,7008	0,7202	0,7829	0,8270
Ausência de criança ou adolescente; (0-15)	0,5971	0,6285	0,6958	0,7583
Ausência de criança, adolescente ou jovem; (0-29)	0,3221	0,3736	0,4345	0,5149
Ausência de idoso; (<60)	0,9292	0,9121	0,9094	0,8867
Presença do cônjuge;	0,3305	0,3558	0,3748	0,3951
Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa;	0,7674	0,7928	0,8644	0,9326
Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido;	0,9711	0,9882	*	*
Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe.	0,9833	0,9864	0,9867	0,9787

* Dados ausentes no referido censo demográfico

Fonte: Dados da pesquisa

Os elementos com os menores índices de desenvolvimento apresentados no intervalo de 1980 até 2010 foi referente à variável que mede a ausência de criança, adolescente ou jovem no domicílio. Entretanto, houve melhora significativa, sendo em 1980 esse índice era de 0,32 e em 2010 foi de 0,51 (tabela 1), um aumento de 60% nesta variável.

Já a variável que atingiu o pior resultado no período foi o elemento relacionado à atenção e cuidados especiais com idosos. Em 1980 era 0,93 e em 2010 correspondeu a 0,89 (tabela 1),

o que gerou índice negativo de 4,57%, contribuindo para o acréscimo do índice de pobreza. Segundo Oliveira (2014), essa categoria é desfavorável do ponto de vista da vulnerabilidade familiar, o envelhecimento da população demanda recursos extras com os idosos, o que colabora para a vulnerabilidade das famílias de Ponte Nova MG.

O elemento fecundidade merece destaque, uma vez que traz informações sobre a ausência de mulheres que tenham tido filhos nos dois últimos anos na residência, com peso maior para mulheres que deram à luz no último ano. Estes dados se ficaram praticamente estáveis ao longo dos 30 anos da pesquisa como pode ser observado na tabela 1. Essa variável é muito importante, uma vez que aponta às necessidades de cuidados nutricionais e de saúde que passam a existir em consequência da presença de crianças em período de amamentação (BARROS, CARVALHO e FRANCO 2003).

O indicador *Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa*, contribuiu positivamente para a elevação do índice de vulnerabilidade familiar em 2010, apenas 6,7% dos domicílios possuíam menos da metade de seus membros familiares em idade economicamente ativa, enquanto que os censos demográficos anteriores apresentavam 13,5% em 2000, 20% em 1991 e finalmente 23% em 1980.

Acesso ao conhecimento

O conhecimento move o mundo e reduz as desigualdades, porém muitas vezes o acesso a ele é dificultado por barreiras sociais, a tabela 2 apresenta a situação das famílias de Ponte Nova em relação à dimensão acesso ao conhecimento.

Tabela 2 – Acesso ao conhecimento

Variável	1980	1991	2000	2010
Ausência de adultos analfabetos;	0,7583	0,7750	0,8598	0,8988
Ausência de adultos analfabetos funcionais;	0,2861	0,3655	0,5460	0,6539
Presença de pelo menos um adulto com ensino fundamental completo;	0,2376	0,2892	0,3990	0,5691
Presença de pelo menos um adulto com secundário completo;	0,0946	0,1274	0,1925	0,2812
Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior;	0,0140	0,0336	0,0373	0,0730
Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta.	0,0041	0,0090	0,0120	0,0125

Fonte: Dados da pesquisa

Houve uma melhora significativa no índice dessa dimensão. Um aumento de 78,43% entre os censos demográficos de 1980 e 2010, motivada sobretudo pelo aumento nos índices dos elementos *Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação superior* que teve um

acréscimo de mais de 420% no censo demográfico de 2010 em relação ao ano de 1980 (tabela 2). Essa foi a dimensão que demonstrou o segundo melhor resultado no IDF de Ponte Nova nos quatro censos demográficos pesquisados.

É possível verificar que ainda existe o analfabetismo na cidade de Ponte Nova. A variável *ausência de adulto analfabeto* indica que no ano de 1980 a dimensão dos domicílios pontenovense com integrantes adultos analfabetos foi de 24,17%. Trinta anos após, essa proporção foi de 10,12%, ou seja, no período houve uma melhora de 18,53% neste indicador. Com estes números conclui-se que em Ponte Nova, a taxa de analfabetismo está semelhante à média nacional que segundo o IBGE em 2010 essa taxa era de 9,6%.

Para a variável *ausência de adulto analfabeto funcional* a evolução foi ainda maior, no período de 30 anos o número de analfabetos funcionais o índice no município melhorou 128,54%. Em 1980, 71,39% das famílias tinham analfabetos funcionais, e este número caiu drasticamente passando para apenas 34,61% em 2010. Porém esse percentual está bem abaixo da média nacional que segundo o IBGE, no final de 2009 era de 20,30%.

Em relação a escolaridade, 56,99% dos domicílios da cidade contavam com a presença de pelo menos um adulto com o nível fundamental completo em 2010, uma melhora de 139,51 pontos percentuais confrontando com os dados do censo demográfico de 1980, onde apenas 23,7% dos domicílios pontenovense apresentavam a presença de pelo menos um adulto com ensino fundamental completo.

A variável *presença de pelo menos um adulto com ensino médio completo* colaborou positivamente para a dimensão acesso ao conhecimento. Em 2010 observou-se que 28,12% das famílias de Ponte Nova, tinham ao menos um adulto com ensino médio completo, sendo que em 1980 a média não chegou a 10%.

Nota-se na tabela 2, que em 2010 o número de domicílios com presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior atingiu 7,3%, representando um crescimento acima de 420% no período de 1980 até 2010, considerando que em 1980 a quantidade de famílias com pelo menos um membro com ensino superior era de 1,4%. É importante ressaltar que houve aumento tanto na criação de novas Instituições de Ensino Superior como também nas vagas oferecidas nessas instituições, portanto existe o aumento do número de alunos matriculados nas universidades brasileiras.

É importante destacar que, mesmo o município ficando próximo ao polo universitário na Zona da Mata Mineira, o índice de trabalhadores com qualificação média ou alta ainda é relativamente baixa. Apesar do índice indicar aumento de 206,56% no período pesquisado, em 2010 o número de domicílios de Ponte Nova que possuíam pelo menos um trabalhador com média ou alta qualificação era 1,2%, enquanto que em 1980 este indicador estava abaixo dos 0,4%.

Acesso ao Trabalho

Quanto aos indicadores da dimensão *acesso ao trabalho* os quatros censos demográficos analisados apresentaram um comportamento diferente das demais dimensões. O mercado de trabalho enfrentava também as dificuldades oriundas dos ajustes da crise dos anos 1980, seguidos de políticas recessivas, cujos desdobramentos são muito conhecidos como o avanço do desemprego, alargamento das relações informais de trabalho e arrocho salarial, toda essa oscilação pode ser observada no comportamento das variáveis representas pela tabela 3.

Tabela 3 – Acesso ao trabalho

Variável	1980	1991	2000	2010
Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados;	0,3880	0,4028	0,4745	0,3867
Presença de pelo menos um ocupado no setor formal;	0,7768	0,7052	0,6716	0,8231
Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola;	0,7158	0,7214	0,7965	0,8601
Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a um salário mínimo;	0,5683	0,9281	0,8233	0,8408
Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a dois salários mínimos;	0,2557	0,5430	0,2701	0,2365

Fonte: Dados da pesquisa

Arandia (1991) relata ainda que as dificuldades enfrentadas no início dos anos 1980, foram amenizadas no final da década. Durante 1989, registrou-se uma intensa reação na economia brasileira, com dinamismo dos negócios e demanda aquecida, gerando assim um aumento médio de 5,9% no nível de emprego. Analisando detalhadamente as variáveis da dimensão *acesso ao trabalho* nota-se na tabela 3, a variável que analisam o posto de trabalho, no período pesquisado aconteceu um avanço próximo a 6%, em 1980, 77,68% dos domicílios de Ponte Nova havia pelo menos um ocupado no setor formal, esse número chegou a 82,3% em 2010.

Estudos sobre mercado de trabalho no Brasil reforçam que a melhoria do mercado de trabalho está relacionada com à diminuição da informalidade no país e elevação dos

trabalhadores em atividades não agrícolas, Pochman, (2006) diz que o intenso aumento dos empregos assalariados com registro é consequência da mudança do mercado de trabalho nacional, incidindo num movimento de fortalecimento de segmentos ocupacionais organizados no meio urbano. O indicador *Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola* é a única variável desta dimensão que apresenta melhoria constante, impulsionado pela mudança do cenário nacional o êxito rural está presente nesta análise. Em 1980, em torno de 71% das famílias possuíam pelo menos um integrante que não tinham nenhuma ligação com profissional em atividade rural, esse número passou para 86% no censo demográfico de 2010, um aumento de mais de 20% neste indicador, corroborando com a tendência nacional de fortalecimento das atividades formais urbanas.

O fator salarial é certamente o indicador que importante e merece destaque, em 1980 somente 56,8% dos domicílios de Ponte Nova dispunham de pelo menos uma pessoa empregada com rendimento superior a 1 salário mínimo (tabela 3), e em 2010 esse mesmo volume de domicílios ficaram acima de 86%, ou seja, essa variável aumentou quase 48% entre os quatro censos demográficos. Todavia o indicador que analisa a existência de ao menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos, apresenta resultado contrario ao comportamento da variável anterior, porém com diferenças percentuais maiores, indicando que apenas 25,57% (tabela 3) das residências pontenovense contavam com pelo menos um ocupado que tinha rendimento superior a 2 salários mínimos no ano de 1980 aumentando para 54,3% das moradias de Ponte no censo demográfico de 1991, caindo para 23,65% em 2010, o que mostra uma queda de 7,5% no período, demonstrando que a baixa remuneração ainda é uma grande dificuldade para as famílias de Ponte Nova.

Disponibilidade de Recursos

A quarta dimensão, *disponibilidade de recursos*, faz referência as residências que se encontram acima da linha de extrema pobreza, ou seja, pessoas que vivem com o valor de US\$ 1,25 per capita por dia, e da linha de pobreza famílias que sobrevivem com renda diária de US\$ 1,90 per capita. Conforme Oliveira (2014) e Barros, Carvalho e Franco (2003), a receita familiar per capita é um mecanismo fundamental já que a maioria das necessidades básicas de uma família pode ser atendida pela obtenção de bens e serviços no mercado.

A tabela 4 mostra os indicadores dos componentes da dimensão disponibilidade de recursos no IDF de Ponte Nova referente aos censos demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Como pode ser observado, no censo demográfico de 1980 cerca de 46,15% das famílias pontenovense possuía renda familiar per capita superior à linha de extrema pobreza. Esse volume no censo demográfico de 2010 fora de praticamente 93,48%, ou seja, o índice desse indicador melhorou em mais de 100%.

Tabela 4 – Disponibilidade de Recursos

Variável	1980	1991	2000	2010
Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza	0,4615	0,7819	0,7387	0,9348
Renda familiar per capita superior a linha de pobreza	0,3494	0,6735	0,5991	0,9156

Fonte: Dados da pesquisa

Resultado ainda melhor ocorreu para o indicador dos domicílios com renda superior a linha de pobreza (tabela 4), sendo que por volta de 35% das famílias de Ponte Nova no censo demográfico de 1980 apresentavam renda familiar per capita superior à linha de pobreza. No censo demográfico de 2010, esse número subiu para 91,56% nesses domicílios, o que representou um incremento de 162% no horizonte de 30 anos.

Segundo PEÑA, C. R. et al. (2015), na virada do século XX, políticas de transferência de renda condicionadas receberam grande relevância na agenda nacional, quando surgiram os Programas de Erradicação do Trabalho Infantil, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, entre outros, estas políticas sociais objetivaram basicamente a redução da pobreza no curto prazo e o combate a sua transmissão intergeracional.

Segundo o relatório publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Brasil foi um dos que mais cooperaram para o mundo conseguir a meta proposta pelo primeiro dos oito objetivos da ONU até 2015: Acabar com a pobreza extrema e com a fome, Isso se deve ao fato do Brasil ter conseguido reduzir a pobreza extrema de 25,5% em 1990, para 3,5% em 2012, Ponte Nova apresentou resultado semelhante.

Dimensões referentes ao Desenvolvimento Infantil

A dimensão referente ao desenvolvimento infantil, sem sombra de dúvidas são as metas fundamentais de qualquer sociedade que busca o progresso a longo prazo.

Essa dimensão avalia a diminuição do trabalho infantil, pautado no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o que objetiva eliminar as crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante.

No Brasil, o trabalho é rigorosamente proibido para crianças e adolescentes entre 0 a 14 anos, tolerado na categoria de aprendiz entre 14 e 18 anos, sendo que entre os de 16 e 18 anos o trabalho é admitido desde que não sejam insalubres, que não ocorram entre as 22h e 5h da manhã (DOS SANTOS, 2017).

Desse modo é necessário oferecer a cada criança, oportunidades para seu completo desenvolvimento. Os indicadores analisados na dimensão desenvolvimento infantil, estão listados na tabela 5.

Tabela 5 – Desenvolvimento Infantil

Variável	1980	1991	2000	2010
Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando	0,9208	0,9508	0,9803	0,9960
Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando	0,8764	0,9087	0,9477	0,9756
Ausência de criança até seis anos fora da escola	0,0141	0,0165	0,3460	0,5411
Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola	0,7368	0,7556	0,9520	0,9731
Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola	0,6777	0,6992	0,9111	0,9393
Ausência de criança de até 14 com mais de dois anos de atraso	0,6646	0,6512	0,7869	0,7661
Ausência de adolescente analfabeto	0,8898	0,9075	0,9796	0,9868
Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto	0,8889	0,9170	0,9870	0,9916
Ausência de mãe cujo filho tenha morrido	0,8809	0,8850	0,7718	0,7722
Há, no máximo, uma mãe cujo filho tenha morrido	0,8085	0,7770	0,7552	0,7975
Ausência de mãe com filho nascido morto				0,9779

Fonte: Dados da pesquisa

No censo demográfico de 1980, essa dimensão tinha um índice de 0,7359 e em 2010 de 0,8834, o que sinaliza a prerrogativa de pleno desenvolvimento para 88,3% das crianças de Ponte Nova no ano de 2010, um desenvolvimento de aproximadamente 20% em comparação ao ano de 1980.

A variável que avalia o número de crianças menores de 14 anos que trabalhavam, no censo demográfico de 1980 mostrava que pouco mais de 8% das crianças de Ponte nova com menos de 14 anos estavam trabalhando e pouco mais de 12% das crianças pontenovense com menos de 16 anos também trabalhavam em 1980, percebe-se constantes reduções nos demais censos demográficos chegando no censo demográfico de 2010, com 0,4% de menores de 14 anos trabalhando e 2,5% de pessoas com menos de 16 anos no mercado de trabalho. Vieira (2012, p. 107), garante que “um dos maiores obstáculos a ser enfrentado em relação à exploração do trabalho infantil no Brasil diz respeito à superação do senso comum que aceita e até estimula o trabalho de crianças e adolescentes”. Para que a proteção do direito à educação na faixa etária obrigatória seja realmente respeitada, é indispensável que o trabalho durante o

tempo dedicado aos estudos, deixe de ser necessidade de sobrevivência para as classes menos favorecidas social e economicamente.

A grande maioria dos componentes dessa dimensão proporcionaram avanços, especialmente no que diz respeito ao acesso à escola, onde as crianças pontenovense apresentaram volume de 94, % em 2010, representando assim um avanço de 39% no horizonte de 30 anos estudados. Ao estabelecer uma comparação com indicadores nacionais, Ponte Nova apresenta média acima dos números nacionais, que segundo o PNUD em 2012, a média de crianças brasileiras com acesso à escola era de 86%.

Ainda é possível notar uma melhora nos indicadores na maioria dos componentes (tabela 5), com destacando para o indicador *ausência de criança até seis anos fora da escola* referente ao componente acesso à escola. Este indicador apresentou significativa variação no censo demográfico de 1980, estava em torno de 0,014 chegando a 0,5411 no censo demográfico de 2010. Rosemberg (2002), relatou que a expansão do ensino infantil no Brasil ocorreu deixando de lado a qualidade no atendimento. Segundo a autora, as crianças que não fossem consideradas aptas para entrarem no ensino fundamental permaneciam retidas no pré-escolar, consequentemente, isso resultou em baixo investimento público no Brasil. Este cenário teve consequências trágicas, tendo em vista que não aconteceu uma expansão de fato, entretanto, gerou um aumento de vagas e não uma democratização do acesso à escola.

O crescimento desse indicador principalmente refletido nos censos demográficos de 2000 e 2010, pode ser reflexo de duas importantes leis que garantem às crianças de 0 a 6 anos acesso a escola. A primeira delas é a Constituição Federal do Brasil, que em seu artigo 208, inciso IV, garante a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, e a segunda é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), que instituiu a educação da criança pequena como primeira etapa da educação básica. Foi uma deliberação de extraordinária relevância, uma vez que assegurou à educação infantil uma nova condição, cuidar e educar a criança pequena em complemento à ação da família e da comunidade (MACÊDO, DIAS, 2012).

A interpretação desses indicadores apresentou outro dado relevante no censo demográfico de 1980, 26,32% dos domicílios pontenovense não tinham crianças entre 7 e 14 anos de idade fora da escola, essa proporção reduziu para apenas 2,6% em 2010. Quando a análise é feita considerando crianças de 7 a 17 anos de idade fora da escola, o volume de domicílios sobe para mais de 32% no censo demográfico de 1980. Este indicador também apresenta queda relevante, representando em 2010 apenas 6% de evasão escolar de crianças e

adolescentes. A expressiva melhoria neste indicador pode ser justificada pela aprovação da Emenda Constitucional nº 59, de novembro de 2009 pelo Congresso Nacional tornando obrigatória a frequência escolar para cidadãos na faixa de idade de 4 a 17 anos. Compreende-se, doravante, crianças e jovens que cursam a educação infantil, pré-escola, ensino fundamental e médio regular, esta alteração constitucional colocou o Brasil no nível dos países com maior tempo de obrigatoriedade escolar. Vieira (2012) assegura que a obrigatoriedade escolar expandida à pré-escola precisa representar mais que uma obrigação das famílias, deveria ser um dever de garantir uma universalização que ofereça experiências enriquecedoras e emancipadoras na trajetória escolar de todas as crianças brasileiras.

Outro elemento que merece ênfase para entender melhor a realidade apontada nos índices é o efeito de programas sociais, como exemplo o Bolsa Família que está condicionado com a matrícula e permanência dessas crianças na escola, assim como o seu progresso escolar. Oliveira (2014) destaca que o Bolsa Família determina que todas as pessoas entre 6 e 15 anos de idade estejam devidamente matriculadas e que apresentem frequência escolar mínima de 85% da carga horária mensal, para os estudantes de 16 a 17 anos de idade a frequência deve ser de no mínimo 75% da carga horária.

Merece destaque indicador que avaliou o combate ao analfabetismo infanto-juvenil, este por sua vez apresentou duas análises, a primeira retratou o nível de analfabetismo de adolescentes com idade entre 12 e 14 anos e a segunda variável apresenta dados de analfabetismo de adolescentes com idade entre 15 e 17 anos. No município de Ponte Nova os resultados foram interessantes, neste indicador a primeira variável apontou evolução de 11%, ao considerar o período dos censos demográficos de 1980 até 2010. O indicador que avalia a faixa etária entre 15 e 17 anos também apresentou melhora no período de 12%, atingindo igualmente o auge no censo demográfico do ano 2010.

Segundo Waiselfisz (2007), na faixa etária dos 15 aos 17 anos, a percentagem de analfabetismo nacional é de 1,6%, acima do mesmo percentual da cidade de Ponte Nova que em 2010 foi de 0,8%. O fator do analfabetismo ainda não ter sido extinto no município, pode ser justificado pela característica citada por Mesquita et al. (2012), ao afirmar que as oportunidades de educação ainda são limitadas, uma vez que nem todos os jovens têm acesso à escola e muitos outros paralisam o processo de educação devido a necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho.

Condições habitacionais

A dimensão condições habitacionais retratam uma das principais condições de vida de uma família, motivado pela profunda relação com os requisitos básicos de saúde, proteção e lazer. A tabela 6 apresenta os índices e seus respectivos resultados nos quatros censos demográficos pesquisados.

Tabela 6 - Condições Habitacionais

Variável	1980	1991	2000	2010
Domicílio próprio	0,6511	0,5685	0,6997	0,6792
Domicílio próprio ou cedido	0,7445	0,7925	0,8451	0,7864
Densidade de até dois moradores por dormitório	0,4425	0,5349	0,6485	0,7747
Material de construção permanente	0,9566	0,9675		0,9925
Acesso adequado a água	0,6579	0,7973	0,9435	0,9863
Esgotamento sanitário adequado	0,5845	0,5788	0,7165	0,8105
Lixo é coletado		0,1380	0,7141	0,8203
Acesso à eletricidade	0,7116	0,8952	0,9792	0,9989
Acesso a fogão e geladeira	0,4478	0,6123	0,8489	0,9697
Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio	0,4396	0,5957	0,8474	0,9663
Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio e telefone	0,1905	0,1127	0,2868	0,2647
Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio, telefone e computador			0,0506	0,1640

* Dados ausentes no referido censo demográfico

** O computador para uso doméstico não era popular

Fonte: Dados da pesquisa

Os índices para essa dimensão em apresentaram uma evolução de 31,77% no período pesquisado. Esses resultados expressam que 58% das famílias de Ponte Nova em 1980 tinham condições de vida adequadas esse número chegou a mais de 76% das famílias em 2010.

Alguns indicadores que estão relacionado a segurança e saúde, apresentaram importante avanço nos censos demográficos estudados com destaque para famílias como domicílio próprio, o que apresentou melhoria de 6% entre os censos demográficos de 1980 e 2010. Também houve melhorias de 75% para o indicador que mediu a densidade de até dois moradores por dormitório, nesse mesmo período. Os indicadores que avaliam o acesso a água, esgotamento sanitário e coleta de lixo mostraram relevante melhoria se comparados os censos demográficos de 1980 e 2010. Apresentou progresso de 50% a variável que afere o acesso adequado a água. O fornecimento adequado de água em abundância e qualidade é um fator fundamental para o desenvolvimento socioeconômico municipal, com impactos diretos sobre as condições de saúde e de bem-estar da população, resultando em benefícios como controle e prevenção de

enfermidades, hábitos higiênicos, comodidade e bem-estar, ampliação da expectativa de vida e da produtividade econômica (RAZZOLINI, GÜNTHER, 2008).

Ponte Nova mostra-se neste indicador que está trabalhando para garantir o acesso ao esgotamento sanitário no município. Novamente apresentou progresso, no censo demográfico de 1980, a quantidade de residências com acesso adequado ao esgotamento sanitário era de pouco mais de 58%, chegando a pouco mais de 81% no censo demográfico de 2010, uma melhoria de 39% no período.

O censo demográfico de 1980 não apresenta dados sobre a coleta de lixo, entretanto, ao comparar a evolução do censo demográfico de 1991 para o censo demográfico de 2010, observa-se um avanço de quase 500%, neste indicador.

No censo demográfico de 1991, o lixo era coletado em 13% das residências de Ponte Nova, no censo demográfico de 2010 esse percentual chegou a 82%, demonstrando assim a importância e atenção dos órgãos públicos em relação aos resíduos produzidos, dado que, a geração de lixo, na maioria das vezes é proporcional ao crescimento populacional e isso gera uma maior necessidade por serviços de coleta pública. Se os resíduos são recolhidos e tratados adequadamente, causam efeitos diretos e indiretos à saúde da população (BURSZTYN, 2000).

Outro indicador fundamental para o bem-estar familiar, é o acesso à energia elétrica, em Ponte Nova segundo os dados do censo demográfico de 1980, o número de habitações com energia elétrica era de pouco menos de 45%, já o censo demográfico de 2010, Ponte Nova conseguiu atingir praticamente a totalidade de residência servidas por energia elétrica 99,9%, um aumento de 40% no período. Ponte Nova segue a mesma evolução do acesso a eletricidade do Brasil, segundo o Censo Demográfico 2010, os domicílios brasileiros ligados à rede elétrica também ficam próximo da totalidade chegando a 99,9% em 2009.

De acordo com a tabela 6, a variável acesso a fogão (a lenha, eletricidade ou combustíveis fósseis) e geladeira apresentou um aumento de 117% das famílias tinham geladeira e fogão, chegando a 97% no censo demográfico de 2010.

Este é um dado importante, uma vez que pode estar relacionado ao acesso e consumo de alimentos. Segundo Costa, et al. (2015) o fato de a residência ter um fogão e geladeira aumentam consideravelmente a segurança alimentar.

IDF de Ponte Nova MG

É importante entender que os cálculos e análises realizados neste trabalho demonstram a relevância da medida da situação familiar pontenovense sob o aspecto multidimensional. Os avanços em relação do IDF de Ponte Nova foram melhores do que os resultados apresentados pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), onde neste último índice o IBGE avalia apenas 3 dimensões, renda, longevidade e educação. O IDHM foi calculado a partir do censo demográfico de 1991, a tabela 7 demonstra a diferença entre estes dois índices.

Tabela 7 – Comparação entre IDHM e IDF de Viçosa

Censo demográfico	IDHM – Ponte Nova	IDF – Ponte Nova
1991	0,487	0,632
2000	0,620	0,682
2010	0,717	0,744

Fonte: Adaptado IBGE

Esse resultado evidencia ainda mais a relevância de se buscar entender e avaliar a situação familiar sob uma perspectiva multidimensional, uma vez que, em harmonia com a metodologia utilizada nesta investigação, independentemente de se admitir que os recursos financeiros são fundamentais para a diminuição da carência familiar. Esses fatores isolados, não são suficientes para garantir as famílias a dignidade e redução das diferenças sociais.

CONCLUSÃO

Este estudo examinou a situação familiar da população de Ponte Nova através da elaboração de indicadores multidimensionais da situação familiar, baseando-se nos dados do censo demográfico dos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Portanto, construiu-se o IDF do município dos quais foram exploradas cada uma das dimensões que fazem parte de sua composição, constituídas em ausência de vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil, condições habitacionais.

Nesta pesquisa, o desmembramento do índice de desenvolvimento das famílias, segundo as seis dimensões, possibilitou desenvolver o conhecimento e a proporção que representa cada subíndice na vida das famílias pontenovense, desse modo, foi possível evidenciar as carências da população, fomentando de informações o poder público, para que se possam desenvolver ações pontuais para a melhoria da qualidade de vida da população.

Por meio do IDF, notou-se que no município de Ponte Nova, houve significativa evolução no nível de desenvolvimento das famílias, principalmente a partir dos anos 2000. Esse desempenho revela uma ocorrência importante, ou seja, o desenvolvimento das famílias pontenovense neste período aconteceu, a priori, graças a programas sociais de complemento de renda familiar com obrigações de contrapartidas educacionais, algumas políticas públicas eficientes na assistência social, educação, saúde e, além disso, do efeito da estabilização financeira, o que promoveu a retomada do poder de compra das classes menos favorecidas da sociedade.

Ao passo que as dimensões evidenciadas pelo acesso ao conhecimento e pelo acesso ao trabalho, não proporcionaram avanços significativos no período, percebe-se o crescimento do acesso ao conhecimento, contudo ainda não atingindo níveis satisfatórios, confirmando assim que as políticas educacionais ainda não conseguiram expandir o atendimento das famílias de Ponte Nova, principalmente as menos favorecidas. No contexto do acesso ao trabalho, nota-se a precarização do emprego e a redução da renda familiar.

Com o levantamento do IDF, percebe-se que existe ainda grande lacuna no provimento de serviços à população. Desse modo, o serviço público deve ser trabalhado de forma equitativa para esse fim, claro que sempre visando ao bem-estar da coletividade. Assim, modos negligenciados, como saúde, educação, cuidados com os cidadãos mais vulneráveis, geração de emprego e renda, devem ter o seu lugar na agenda administrativa da cidade, assim como o transporte coletivo, o acesso a bens de consumo e infraestrutura, sem restrição de acesso para nenhum cidadão.

Sugere-se também para futuras pesquisas o aprofundamento dos estudos sobre as divergências no que se refere ao espaço urbano e rural e a outras regiões metropolitanas e não metropolitanas do Estado de Minas Gerais. Além disso, é necessário considerar a possibilidade de ampliação desta pesquisa a partir dos números aqui apresentados, uma vez que é possível criar novas demanda por investigações, inclusive uma análise qualitativa das dimensões do IDF da cidade pesquisada.

REFERÊNCIAS

- ARANDIA, A. K. O mercado de trabalho frente à crise dos anos 80 e aos Planos de Estabilização. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 18, n. 4, p. 148-164, 1991.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: mai. 2017.

BRASIL, O. D. M. **Objetivos de desenvolvimento do milênio**. Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: IPEA, 2010.

BURSZTYN, M. **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CARVALHO, M. D., BARROS, R. D., & FRANCO, S. Índice de desenvolvimento da família. ACOSTA A. R, VITALE M. A. F, organizadores. **Família: redes, laços e políticas**. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 241-65, 2003.

COSTA, L. V., DA COSTA SILVA, M. M., BRAGA, M. J., LÍRIO, V. S. Fatores associados à segurança alimentar nos domicílios brasileiros em 2009. **Economia e Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 373-394, 2015.

DOS SANTOS, J. A. S. Trabalho infantil: perspectivas e desafios para sua superação. *Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*, v. 2, n. 9, p. 97-115, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores Sociais Mínimos** - Conceitos. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 02 mai. 2017, 2000.

MACÊDO, L. C. de DIAS, A. A. A educação da primeira infância no Brasil entre os séculos XIX e XX. In **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”** João Pessoa PB. Universidade Federal da Paraíba, 2012.

MESQUITA, M. R. JUNIOR, G. M. SIMÕES, A. A. A juventude brasileira e a educação. **Revista Juventude**, v. 6, p. 38 - .46, 2012.

MINNESOTA POPULATION CENTER. **Integrated Public Use Microdata Series, International: Version 6.4** [dataset]. Minneapolis, MN: University of Minnesota, 2015. Disponível em <<http://doi.org/10.18128/D020.V6.4>> Acesso em: mar. 2017.

OLIVEIRA, N. S. M. N. de. **Pobreza No Nordeste Do Brasil: Um Estudo Multidimensional**. Dissertação Mestrado. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados, Londrina, PR, Brasil, 2014.

PEÑA, C. R., PINHEIRO, D. S., ALBUQUERQUE, P. H., FERNANDES, L. M. (2015). The effectiveness of income transfers: trends of inequality before and after Bolsa Família program. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 4, p. 889-914, 2015

ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 115, p. 25-63, 2002.

SEN, A. K. **A ideia de justiça**; tradução Denise Bottman, Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VIEIRA, L. M. F. Obrigatoriedade escolar na educação infantil. **Retratos da Escola**, v. 5, n. 9, p. 57-68, 2012.

WASELFISZ, J. J. **Relatório de desenvolvimento juvenil**. RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2007.

Recebido: 04/06/2019

Aceito: 31/10/2019

Publicado: 29/11/2019